



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
3ª Câmara de Direito Privado
Apelação **4001318-31.2013.8.26.0248**

Registro: 2015.0000577678

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 4001318-31.2013.8.26.0248, da Comarca de Indaiatuba, em que é apelante PEDRO MARCOS FRANCISCATI (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER.

ACORDAM, em 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não Conheceram do recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DONEGÁ MORANDINI (Presidente sem voto), VIVIANI NICOLAU E CARLOS ALBERTO DE SALLES.

São Paulo, 11 de agosto de 2015.

Marcia Dalla Déa Barone
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
3ª Câmara de Direito Privado
Apelação 4001318-31.2013.8.26.0248

VOTO Nº 11.503

Apelante: Pedro Marcos Franciscati
Apelado: Departamento de Estradas de Rodagem – DER
Comarca: Indaiatuba
Juiz: Camila Castanho Opdebeeck

Ação de indenização por danos morais – Acidente de trânsito que levou a óbito a genitora do autor – Veículo atingido por objeto que se encontrava na via de rodagem – Competência recursal afeta à Seção de Direito Privado III deste Egrégio Tribunal de Justiça (25ª a 36ª Câmaras) – Exegese do Artigo 5º, inciso III, item III.15 da Resolução n. 623/2013 – Recurso não conhecido, com remessa dos autos à redistribuição.

Vistos.

Ao relatório de fls. 88/89 acrescento ter a sentença apelada julgado improcedente o pedido, condenando a parte autora no pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios arbitrados em R\$1.500,00, com a ressalva de que o autor é beneficiário da assistência judiciária gratuita.

O autor oferece recurso de apelação sustentando o nexo de causalidade entre o acidente de trânsito sofrido em rodovia administrada pelo requerido e o óbito de sua genitora, causado por objeto metálico que se encontrava na pista de rodagem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
3ª Câmara de Direito Privado

Apelação 4001318-31.2013.8.26.0248

Pugna pela procedência da ação para o fim de condenar a autarquia apelada ao pagamento de indenização pelo dano sofrido.

Recurso recebido e processado no duplo efeito (fls. 97).

Contrarrazões as fls. 99/107.

É o Relatório.

O presente recurso não deve ser conhecido por esta 3ª Câmara de Direito Privado.

Trata-se de ação que postula a reparação de danos morais em virtude do óbito da genitora do autor, decorrente de acidente de trânsito que este alega ter sido causado por objeto que se encontrava na estrada de rodagem administrada pelo requerido.

A matéria discutida se inclui na competência do extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil, atualmente Seção de Direito Privado III do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por força do contido na Resolução 623/2013 editada pelo Órgão Especial desta Corte de Justiça, que disciplinou em seu Artigo 5º, inciso III, item III.15 ser da competência da referida Seção o julgamento de: *III.15 - Ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo (7), além da que cuida o parágrafo primeiro. (grifei).*

Em consequência, o presente recurso deve ser remetido a uma das Câmaras de Direito Privado dentre a 25ª e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
3ª Câmara de Direito Privado
Apelação 4001318-31.2013.8.26.0248

a 36ª.

de Justiça:

Nesse sentido o entendimento desta Corte

0008238-31.2010.8.26.0269 Apelação /
Indenização por Dano Moral
Relator(a): Osvaldo Magalhães
Comarca: Itapetininga
Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Público
Data do julgamento: 11/05/2015
Data de registro: 15/05/2015
Ementa: Ação ordinária — Competência recursal -
Indenização — Danos morais e materiais — Acidente de
veículo em virtude de aquaplanagem — Matéria
controvertida que se insere na competência da Seção de
Direito Privado desta Corte, notadamente, da Terceira
Subseção — Artigo 5º, inciso III.15, da Resolução nº
623/2013 deste Egrégio Tribunal de Justiça — Não
conhecimento do recurso, com determinação de remessa.

0005962-64.2010.8.26.0483 Apelação /
Indenização por Dano Material
Relator(a): Jarbas Gomes
Comarca: Presidente Venceslau
Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Público
Data do julgamento: 15/04/2015
Data de registro: 16/04/2015
Ementa: COMPETÊNCIA RECURSAL. Responsabilidade
Civil. Acidente de Trânsito ocorrido em rodovia de
responsabilidade da concessionária ré. Matéria afeta à
competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado.
Inteligência da Resolução nº 623/13 do Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo. Precedentes. RECURSO
NÃO CONHECIDO.

0019553-20.2013.8.26.0344 Apelação /
Indenização por Dano Material
Relator(a): Antonio Carlos Villen
Comarca: Marília
Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Público
Data do julgamento: 30/03/2015
Data de registro: 31/03/2015
Ementa: COMPETÊNCIA RECURSAL. Recurso de
apelação. Ação de indenização fundada em acidente de
veículo. Queda de motocicleta que, segundo o autor, teria
sido causada por objeto deixado na pista. Competência
definida em razão da matéria. Competência da Seção de
Direito Privado III. Art. 5º, III, 15, da Resolução n.
623/2013. Fato de o DER ser réu não desloca a
competência para a Seção de Direito Público. Recurso não
conhecido, com determinação de redistribuição à Seção
de Direito Privado.

0040831-08.2014.8.26.0000 Conflito de
competência / Indenização por Dano Material
Relator(a): Luis Ganzerla
Comarca: São Paulo
Órgão julgador: Órgão Especial
Data do julgamento: 30/07/2014
Data de registro: 04/08/2014
Ementa: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
3ª Câmara de Direito Privado

Apelação 4001318-31.2013.8.26.0248

Julgamento de agravo de instrumento em ação de reparação de danos a envolver responsabilidade civil do Estado, por ilícito extracontratual, decorrente de acidente com ônibus de propriedade da demandante. Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013. Alteração de competência. Conflito procedente, reconhecida a competência da C. 25.ª Câmara de Direito Privado, suscitante.

Em face do exposto, pelo voto, Não se conhece do recurso, determinando a remessa dos autos para redistribuição.

MARCIA DALLA DÉA BARONE
Relatora